

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

212 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22 a 26 de julho de 2024

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU 2024-29	1
2. ELEIÇÃO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA - COMISSÁRIOS	3
3. PARLAMENTO EUROPEU - COMPOSIÇÃO	4
4. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO ANUAL SOBRE O ESTADO DE DIREITO	6
5. PRESIDÊNCIA HÚNGARA - REUNIÕES INFORMAIS	7
6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	7
Conselho dos Negócios Estrangeiros	7
Reunião informal dos Ministros da Justiça e Assuntos Internos	8
Reunião informal dos Ministros da Saúde	8
7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	8
Parlamento Europeu	8
- Comissão Europeia	8
- Conselho da União Europeia	8
- Cooperação interparlamentar	8

1. COMISSÕES PARLAMENTARES DO PARLAMENTO EUROPEU 2024-29

Após a sessão constitutiva do Parlamento Europeu (PE), que decorreu na passada semana em Estrasburgo, esta semana tiveram lugar as **reuniões constituintes das Comissões Parlamentares para a 10^a Legislatura**. Uma explicação detalhada sobre o papel e as competências das Comissões está disponível <u>aqui</u> e uma **lista completa dos Presidentes e Vice-Presidentes destes órgãos pode ser consultada <u>aqui</u>¹. Recorde-se que o PE tem um elenco fixo de 20 Comissões parlamentares, nos termos do respetivo regimento (anexo VI).**

O PE elaborou uma brochura com uma apresentação das Comissões, que pode ser lida <u>aqui</u>. O *Politico* disponibiliza também uma análise destas Comissões e da distribuição de lugares pelas diversas famílias políticas, <u>aqui</u>. No que diz respeito à distribuição dos 21 Deputados portugueses pelas diversas Comissões, apresentamo-la no quadro seguinte.

Comissão	Deputados portugueses				
- Assuntos Externos (AFET, Presidente <u>David Mcallister</u> , Alemanha, PPE)	Marta TEMIDO (S&D) Sebastião BUGALHO (PPE)				
	Ana Catarina MENDES (S&D, suplente) Francisco ASSIS (S&D, suplente) Ana Miguel PEDRO (PPE) António TÂNGER CORRÊA (Patriotas pela Europa)				
Subcomissão SEDE (Segurança e Defesa), Presidente Marie-Agnes Strack-Zimmermann, Branco Alexandra,	Ana Catarina MENDES (S&D) António TÂNGER CORRÊA (Patriotas pela Europa)				
Renew, Alemanha	Hélder SOUSA SILVA (PPE, suplente)				
• Subcomissão DROI (Direitos Humanos), Presidente <u>Mounir Satouri</u> , Verdes, França	Marta TEMIDO (S&D, Vice-Presidente) Francisco ASSIS (S&D)				
	Sebastião BUGALHO (PPE, suplente)				
- <u>Desenvolvimento</u> (DEVE, Presidente <u>Barry Andrews</u> , Irlanda, Renew)	Tiago MOREIRA DE SÁ (Patriotas pela Europa) Carla TAVARES (S&D, suplente)				
- <u>Comércio Internacional</u> (INTA, Presidente <u>Bernd Lange</u> , S&D, Alemanha)	Francisco ASSIS (S&D, suplente) Lídia PEREIRA (PPE, suplente) João COTRIM DE FIGUEIREDO (Renew, suplente)				
- Orçamentos (BUDG, Presidente Johan Van Overtveldt, ECR, Bélgica)	Carla TAVARES (S&D) Hélder SOUSA SILVA (PPE) João OLIVEIRA (A Esquerda) Tiago MOREIRA DE SÁ (Patriotas pela Europa, suplente)				
- <u>Controlo Orçamental</u> (CONT, Presidente <u>Caterina Chinnici</u> , PPE, Itália)	Carla TAVARES (S&D) Paulo CUNHA (PPE, suplente)				
- Assuntos Económicos e Monetários	Francisco ASSIS (S&D) Lidia PEREIRA (PPE)				

¹ A Deputada Marta Temido (S&D) foi eleita Vice-Presidente da Subcomissão DROI (Direitos Humanos).

	1				
(ECON, Presidente <u>Aurore Lalucq</u> , S&D, França)	Bruno GONÇALVES (S&D, suplente) Carla TAVARES (S&D, suplente)				
Subcomissão dos Assuntos Fiscais (FISC, De la Company de la Co	Bruno GONÇALVES (S&D)				
Presidente <u>Pasquale Tridico</u> , A Esquerda, Itália)	Lídia PEREIRA (PPE, suplente)				
- <u>Emprego e dos Assuntos Sociais</u> (EMPL, Presidente <u>Li ANDERSSON</u> , A Esquerda, Finlândia)	Isilda GOMES (S&D) João OLIVEIRA (A Esquerda)				
Tillandia)	Sérgio HUMBERTO (PPE, suplente) Catarina MARTINS (A Esquerda)				
- Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar	Marta TEMIDO (S&D) Ana VASCONCELOS (Renew) Catarina MARTINS (A Esquerda)				
(ENVI, Presidente <u>Antonio DECARO</u> , S&D, Itália)	Bruno GONÇALVES (S&D, suplente) Sérgio HUMBERTO (PPE, suplente) Lídia PEREIRA (PPE, suplente)				
• <u>Subcomissão da Saúde Pública</u> (SANT, Presidente <u>Adam JARUBAS</u> , PPE, Polónia)	Catarina MARTINS (A Esquerda) Marta TEMIDO (S [©] D, suplente)				
- Indústria, da Investigação e da Energia (ITRE, Presidente Borys Budka, PPE, Polónia)	Bruno GONÇALVES (S&D) João COTRIM DE FIGUEIREDO (Renew) Paulo CUNHA (PPE, suplente) Catarina MARTINS (A Esquerda) João OLIVEIRA (A Esquerda, suplente)				
- <u>Mercado Interno e da Proteção dos</u> <u>Consumidores</u>	Bruno GONÇALVES (S&D, suplente) Sebastião BUGALHO (PPE, suplente)				
(IMCO, Presidente <u>Anna Cavazzini</u> , Verdes/ALE, Alemanha)					
- Transportes e do Turismo	Sérgio GONÇALVES (S&D) Sérgio HUMBERTO (PPE)				
(TRAN, Presidente Elissavet Vozemberg-Vrionidi, PPE, Grécia)	André RODRIGUES (S&D, suplente) Ana VASCONCELOS (Renew)				
- <u>Desenvolvimento Regional</u>	Sérgio GONÇALVES (S&D)				
(REGI , Presidente <u>Adrian-Dragos Benea</u> , S&D, Roménia)	Paulo DO NASCIMENTO CABRAL (PPE, suplente)				
- Agricultura e Desenvolvimento Rural (AGRI, Presidente <u>Veronika Vrecionová</u> , ECR, República Checa)	André RODRIGUES (S&D) Paulo DO NASCIMENTO CABRAL (PPE)				
	Marta TEMIDO (S&D, suplente)				
- <u>Pescas</u> (PECH , Presidente <u>Carmen CRESPO DÍAZ</u> , PPE, Espanha)	André RODRIGUES (S&D Paulo DO NASCIMENTO CABRAL (PPE) Sérgio GONÇALVES (S&D, suplente)				

	António TÂNGER CORRÊA (Patriotas pela Europa, suplente)					
- <u>Cultura e da Educação</u> (CULT, Presidente <u>Nela Riehl</u> , Verdes/ALE, Alemanha)	Isilda GOMES (S&D, suplente) Hélder SOUSA SILVA (PPE, suplente)					
- <u>Assuntos Jurídicos</u> (JURI , Presidente <u>Ilhan Kyuchyuk</u> , Renew, Bulgária)						
- <u>Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos</u> (LIBE, Presidente <u>Javier Zarzalejos</u> , PPE, Espanha)	Francisco ASSIS (S&D) Ana Catarina MENDES (S&D) Paulo CUNHA (PPE) Ana Miguel PEDRO (PPE) António TÂNGER CORRÊA (Patriotas pela Europa, suplente) João OLIVEIRA (A Esquerda, suplente)					
- Assuntos Constitucionais (AFCO, Presidente Sven Simon, PPE, Alemanha)	Sebastião BUGALHO (PPE, suplente) Ana Miguel PEDRO (PPE)					
- Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros (FEMM, Presidente Lina Gálvez, S&D, Espanha)	Carla TAVARES (S&D, suplente) Paulo DO NASCIMENTO CABRAL (PPE, suplente)					
- <u>Petições</u> (PETI, Presidente <u>Bogdan RZOŃCA</u> , ECR, Polónia	Isilda GOMES (S&D) Paulo CUNHA (PPE, suplente)					

2. ELEIÇÃO DA PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA - COMISSÁRIOS²

Após a eleição da Presidente da Comissão Europeia pelo PE, na sessão plenária de julho de 2024, Ursula von der Leyen irá agora solicitar aos Estados-Membros que indiquem os nomes das personalidades que designam como candidatos ao lugar de Comissário Europeu, que terão de passar numa audição de confirmação no PE. A nova Comissão Europeia deverá iniciar funções a 1 de novembro de 2024.

Este processo deverá marcar a agenda nas próximas semanas, seja pela indicação dos nomes, mas essencialmente pelos equilíbrios a observar na composição da próxima Comissão Europeia: distribuição de pelouros, equilíbrio de género, distribuição pelas famílias políticas, indefinição política em alguns países (e.g. França, Áustria, Bélgica). O *Politico* apresenta uma análise pertinente sobre esta matéria, disponível <u>aqui</u> e <u>aqui</u>.

Alguns Estados-Membros já designaram os seus candidatos, nomeadamente:

- Alemanha: Ursula VON DER LEYEN (PPE)
- Estónia: Alta-Representante e Vice-Presidente da Comissão, Kaja KALLAS (Renew);
- Países Baixos: Wopke HOEKSTRA (PPE), atual Comissário;
- Irlanda: Michael MCGRATH (Renew), Ministro das Finanças;

-

² Fonte: Serviço de Imprensa do PE.

- Eslováquia: Maroš ŠEFČOVIČ (S&D), atual Comissário;
- Finlândia: Henna VIRKKUNEN (PPE), deputada ao PE e ex-Ministra;
- Espanha: Teresa RIBERA (S&D), eleita deputada ao PE e ex-Ministra;
- Suécia: Jessica ROSWALL (PPE), Ministra dos Assuntos Europeus;
- Letónia: Valdis DOMBROVSKIS (PPE), atual Comissário;
- Eslovénia: Tomaž Vesel (Renew), ex-Presidente do Tribunal de Contas;
- República Checa: Jozef SÍKELA, Ministro da Indústria e do Comércio.

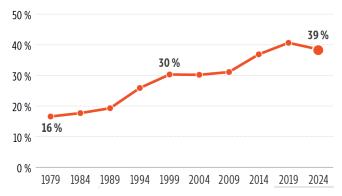
A Presidente eleita da Comissão irá entrevistar os candidatos designados durante o mês de agosto, antes de decidir sobre a distribuição de pelouros e responsabilidades. Recorde-se que, em 2019, Ursula von der Leyen solicitou aos Estados-Membros que indicassem **dois candidatos**, um do género masculino e outro feminino. Segundo pudemos apurar, nas cartas enviadas aos Governos esta semana, esta diligência foi agora repetida, sendo que os países que indicaram os seus atuais Comissários (Eslováquia, Países Baixos e Letónia) não o fizeram. Além disso, os países que já haviam nomeado os candidatos, apenas indicaram um nome. O Primeiro-Ministro irlandês, Simon Harris, afirmou que "Respeitosamente e em conformidade com os tratados, tomámos a decisão de enviar um nome".

3. PARLAMENTO EUROPEU - COMPOSIÇÃO

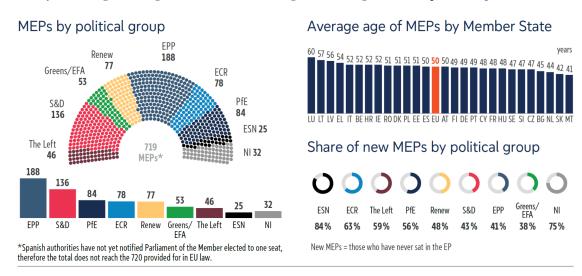
Temos vindo a dar nota da evolução da composição do PE, em termos de grupos políticos e distribuição dos 720 Deputados. O think tank do PE publicou esta semana uma síntese analítica mais detalhada, disponível aqui, assinalando que:

- a taxa de participação nas eleições deste ano foi de 51,1%, ligeiramente superior à da eleição anterior em 2019 (50,7%);
- o número de grupos políticos aumentou de sete para oito no início da nova legislatura;
- metade dos deputados eleitos são novos no Parlamento Europeu;
- as mulheres representam agora 38,5% de todos os deputados ao Parlamento Europeu; esta percentagem é 2,1 pontos percentuais inferior à da legislatura anterior (40,6%), a primeira descida significativa desde o início das eleições directas em 1979.





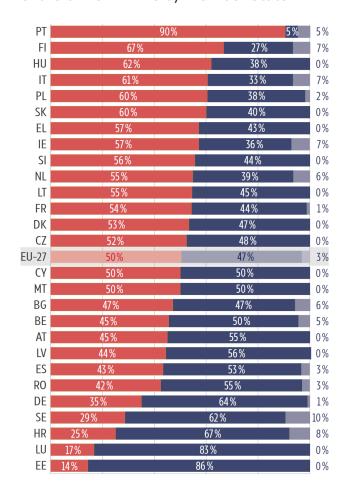
Portugal é o Estado-Membro com maior percentagem de Deputados que nunca antes haviam sido eleitos para o PE (90%), como consta da infografia abaixo. O PE disponibiliza ainda um quadro com a distribuição de Deputados por Estado-Membro e por família política, disponível aqui.



EPRS | European Parliamentary Research Service

Author: Györgyi Mácsai - Graphics: Samy Chahri PE 762.356 - July 2024

Share of new MEPs by Member State



New MEPs who have never sat in the European Parliament

Re-elected MEPs who were in the EP at least in the previous term (2019-2024)

Re-elected MEPs who were in the EP in a previous term but not in 2019-2024

Size of political groups in the European Parliament

	EPP	S&D	PfE	ECR	Renew	Greens/ EFA	The Left	ESN	NI	Total
Germany	31	14			8	15	4	14	10	96
France	6	13	30	4	13	5	9	1		81
Italy	9	21	8	24		4	10			76
Spain	22	20	6		1	4	4		3	60*
Poland	23	3		20	1	-		3	3	53
Romania	10	11		6	3	1			2	33
Netherlands	6	4	6	1	7	6	1			31
Belgium	3	4	3	3	5	2	2			22
Czechia	5		9	3		1		1	2	21
Greece	7	3	1	2			4		4	21
Hungary	7	2	11					1		21
Portugal	7	8	2		2		2			21
Sweden	5	5		3	3	3	2			21
Austria	5	5	6		2	2				20
Bulgaria	6	2		1	5			3		17
Denmark	2	3	1	1	4	3	1			15
Slovakia	1				6			1	7	15
Finland	4	2		1	3	2	3			15
Ireland	4	1			6		3			14
Croatia	6	4		1		1				12
Lithuania	3	2	_	2	2	1		1		11
Latvia	2	1	1	3	1	1				9
Slovenia	5	1			2	1				9
Estonia	2	2		1	2					7
Cyprus	2	1		1			1		1	6
Luxembourg	2	1		1	1	1				6
Malta	3	3								6
	188	136	84	78	77	53	46	25	32	719*
	European People's Party	Socialists and Democrats	Patriots for Europe	European Conservatives and Reformists	Renew Europe	Greens/ European Free Alliance	The Left	Europe of Sovereign Nations	Non- attached	TOTAL
	26.1 %	18.9 %	11.7 %	10.8 %	10.7 %	7.4 %	6.4 %	3.5%	4.5%	100 %

*ES: Spanish authorities have not yet notified Parliament of the Member elected to one seat, therefore the total does not reach the 720 provided for in EU law.

Data source: European Parliament, 16 July 2024. DG EPRS | European Parliamentary Research Service

4. COMISSÃO EUROPEIA - RELATÓRIO ANUAL SOBRE O ESTADO DE DIREITO

A Comissão publicou esta semana o seu quinto <u>relatório anual sobre o Estado de direito</u>, que analisa de forma sistemática e objetiva, e em condições de igualdade, a evolução do Estado de direito em todos os Estados-Membros. Ali, pode ler-se que "Desde a primeira publicação, em 2020, o relatório tornou-se um verdadeiro motor de reformas positivas: Dois terços (68 %) das recomendações emitidas em 2023 foram, total ou parcialmente, aplicadas. No entanto, em alguns Estados-Membros permanecem preocupações sistemáticas e a situação agravou-se ainda mais."

O relatório deste ano inclui, pela primeira vez, <u>quatro capítulos por país</u> sobre a evolução da situação na Albânia, no Montenegro, na Macedónia do Norte e na Sérvia. A inclusão destes países candidatos, **os mais avançados no processo de adesão**, no relatório sobre o Estado de direito, sustentará os seus esforços de reforma e ajudará as respetivas autoridades a progredirem no processo de adesão e a prepararem-se para a continuidade dos trabalhos em matéria de Estado de direito enquanto futuros Estados-Membros.

O relatório de 2024 inclui, como em todos os anos, uma <u>comunicação</u>, que analisa a situação da UE no seu conjunto, e <u>27 capítulos por país</u> que analisam os desenvolvimentos significativos em cada Estado-Membro. O relatório inclui igualmente uma avaliação relativa às recomendações do ano passado e, nessa base, emite, uma vez mais, <u>recomendações</u> específicas destinadas a todos os Estados-Membros. O relatório abrange quatro pilares: <u>sistemas judiciais nacionais</u>, <u>quadros de combate à corrupção</u>, <u>liberdade e pluralismo dos meios de comunicação social</u>, <u>bem como outras questões institucionais relativas ao equilíbrio de poderes.</u>

O <u>relatório anual sobre o Estado de direito</u> é um elemento central do <u>ciclo anual do Estado de direito</u>, que é preventivo: destina-se a promover o Estado de direito e visa impedir o surgimento de novos problemas ou o agravamento de problemas já existentes. O capítulo sobre Portugal está disponível <u>aqui</u> e damos nota, em seguida, das principais recomendações feitas:

RECOMENDAÇÕES

- Globalmente, no que respeita às recomendações do Relatório de 2023 sobre o Estado de Direito, Portugal:
- Registou alguns progressos no prosseguimento dos esforços para assegurar recursos humanos adequados ao sistema judicial, em especial no referente ao pessoal não judicial, e alguns progressos na melhoria da sua eficiência, em particular no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais;
- Registou progressos significativos no prosseguimento dos esforços para reforçar a transparência da distribuição dos processos, nomeadamente acompanhando a implementação das novas regras de distribuição eletrónica dos processos;
- Realizou novos progressos no prosseguimento dos esforços para assegurar recursos suficientes para a prevenção, investigação e ação penal no domínio da corrupção, incluindo quanto ao novo Mecanismo Anticorrupção;
- Registou novos progressos no sentido de assegurar o acompanhamento e verificação eficazes das declarações de património por parte da Entidade para a Transparência;
- Realizou alguns progressos no referente à conclusão das reformas destinadas a melhorar a transparência do processo legislativo, em particular no que diz respeito à implementação de instrumentos de avaliação de impacto;
- Nesta base, considerando outros acontecimentos ocorridos no período de referência e recordando os compromissos assumidos no âmbito do plano nacional de recuperação e resiliência, recomenda-se que Portugal:
- Intensifique os esforços para assegurar recursos humanos adequados ao sistema judicial, em especial no referente aos funcionários judiciais, e prossiga os esforços para melhorar a sua eficiência, em particular no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais;
- Tome medidas para garantir a adequação da legislação processual penal e melhorar a eficácia no tratamento dos processos penais mais complexos;
- Prossiga os esforços envidados para assegurar recursos suficientes para a prevenção, investigação e ação penal no domínio da corrupção, incluindo para o novo Mecanismo Anticorrupção;
- Assegure o acompanhamento e verificação eficazes das declarações de património por parte da Entidade para a Transparência;
- Conclua as reformas destinadas a melhorar a transparência do processo legislativo, em particular no que respeita à implementação de instrumentos de avaliação de impacto.

5. PRESIDÊNCIA HÚNGARA - REUNIÕES INFORMAIS

Demos nota, na <u>Síntese anterior</u>, de que o início da Presidência húngara ficou marcado pelo **périplo diplomático** realizado pelo Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, que o próprio designou de "*Missão de Paz*", e que o levou a encontros com os líderes ucraniano (em Kyiv), russo (em Moscovo), turco (em Washington) e com o ex-Presidente e candidato presidencial americano Donald Trump (em Mar-a-Lago, na Florida). Em seguida, e como sinal de desagrado político, vários Estados-Membros tomaram a decisão de não participar ao mais alto nível nas reuniões informais organizadas pela Presidência húngara em Budapeste e a Comissão Europeia decidiu, igualmente, não se fazer representar nestes encontros a nível de Comissário.

Esta semana, o Alto Representante da UE para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, anunciou que a **reunião informal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros** - conhecida como "Gymnich" - que deveria ter tido lugar em Budapeste em 28 e 29 de agosto, **se realizaria em Bruxelas**. Na reunião do Conselho dos Negócios Estrangeiros realizada a 22 de julho (cfr. *infra*), os Ministros debateram a "missão de paz" do Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, e os comentários feitos pelo seu ministro, Péter Szijjártó, que acusou a UE de estar a incentivar a guerra. Segundo o Alto Representante, estas observações são "totalmente inaceitáveis", acrescentando que "A União Europeia apoia a Ucrânia e está disposta a pôr fim a esta guerra com base na Carta das Nações Unidas".

De acordo com Borrell, 25 Estados-Membros criticaram a ação da Hungria, enquanto a Eslováquia - segundo o porta-voz húngaro Zoltán Kovács - não tem objecções à missão. "Depois de ouvir toda a gente, tive de tomar uma decisão e considerar que, se os 25 se opunham firmemente à posição húngara (...), tínhamos de enviar um sinal de que ser contra a política da UE, ou desqualificá-la, deveria ter consequências formais e simbólicas", explicou.

Por outro lado, e no que diz respeito à reunião informal de Ministros da Saúde (cfr. *infra*, ponto 6), em Budapeste, vários países decidiram não estar representados a nível ministerial. A Dinamarca, a Estónia, a Áustria e a Lituânia fizeram-nos explicitamente, tendo o Ministro dos Negócios Estrangeiros dinamarquês, Lars Løkke Rasmussen, afirmado que "O governo quer distanciar-se claramente da forma como a presidência húngara lidou com a Ucrânia nas primeiras semanas da presidência". A Finlândia também não vai enviar ministros a nenhuma das reuniões informais de julho em Budapeste, o mesmo se aplicando a Chipre e à Suécia. A Letónia esteve representada pelo secretário parlamentar do Ministério da Saúde, a República Checa enviou o seu vice-ministro, enquanto a França esteve representada a nível de funcionários. A Polónia enviou um subsecretário de Estado, enquanto a Alemanha, a Eslováquia e a Eslovénia e **Portugal** estiveram representados por secretários de Estado.

As comissões do Parlamento Europeu não vão solicitar aos ministros húngaros que apresentem as prioridades da Presidência do Conselho da UE na primeira quinzena de setembro. Esta situação vai manter-se pelo menos até à sessão plenária de Estrasburgo, onde se espera que o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, apresente as prioridades da Presidência húngara.

6. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho dos Negócios Estrangeiros

Realizado a 22 de julho, este <u>Conselho</u> debateu a agressão da Rússia contra a Ucrânia após uma intervenção por videoconferência do ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba, tendo abordado a necessidade de desbloquear o apoio da UE no âmbito do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz. Sobre A utilização de receitas provenientes de ativos russos imobilizados, o alto representante informou sobre os progressos realizados no sentido da primeira transferência de 1,4 mil milhões de euros prevista para o início de agosto, que serão utilizados para financiar a aquisição de equipamento militar prioritário (defesa aérea, sistemas de artilharia e munições), bem como aquisições à indústria de defesa ucraniana.

O Conselho também debateu a situação no Médio Oriente, e o alto representante deu nota de que, infelizmente, as negociações de um cessar-fogo e a libertação de reféns não trouxeram resultados positivos palpáveis. Durante o debate, os ministros analisaram os riscos de uma escalada a nível regional e o mais recente parecer consultivo do Tribunal Internacional de Justiça. O Conselho procedeu igualmente a uma troca de pontos de vista sobre a melhor forma de intensificar o apoio da UE à Autoridade Palestiniana, a fim de evitar o seu colapso, em benefício tanto dos palestinianos como dos israelitas.

Reunião informal dos Ministros da Justiça e Assuntos Internos

Sob a Presidência húngara da União Europeia, realizou-se em Budapeste, a 22 e 23 de julho, uma reunião informal dos Ministros da Justiça e dos Assuntos Internos. Durante o evento de dois dias, foi debatido o futuro da cooperação no domínio dos assuntos internos, a concretização da interoperabilidade, as acções relativas à dimensão externa da migração e a luta contra a criminalidade organizada. Em matéria de justiça, os ministros procederam a uma primeira troca de pontos de vista sobre as futuras prioridades da segurança e da cooperação judiciária no próximo mandato de cinco anos e sobre as orientações políticas para a nova Comissão.

Reunião informal dos Ministros da Saúde

Os <u>ministros da saúde</u> debateram as prioridades da política de saúde da União Europeia nos próximos anos, sendo que a Presidência húngara da UE tem o objetivo claro de apoiar a conclusão da União Europeia da Saúde. A reunião centrou-se na ação conjunta contra as doenças cardiovasculares, na cooperação mais estreita e nas possibilidades de ações europeias conjuntas no domínio da doação e transplantação de órgãos.

7. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Não haverá trabalhos parlamentares até setembro.

- Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar apenas no dia 11 de setembro.

- Conselho da União Europeia

O <u>calendário</u> completo está disponível, mas não haverá reuniões na próxima semana.

- Cooperação interparlamentar

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência húngara do Conselho da UE, terá lugar, nos dias 28 e 29 de julho em Budapeste, a **Reunião dos Presidentes da COSAC**. A AR estará representada pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, **Deputado Telmo Faria (PSD)**. A agenda e demais informações estão disponíveis <u>aqui</u>.

Bruxelas | 26 de julho de 2024

Para mais informações: <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.